

Henrique Tenreiro — «patrão das pescas» e guardião do Estado Novo**

INTRODUÇÃO

Por finais de 1982, Henrique Tenreiro vivia o exílio brasileiro num discreto apartamento situado à Avenida Atlântica, em Copacabana, no Rio de Janeiro. As cartas quase indecifráveis que dirige à família mais chegada são um desfile de lamentos; exprimem amargura e ignomínia¹. No crepúsculo da vida sobrava-lhe a vontade de reabilitar a dignidade que julgava ter perdido e de evocar repetidamente o poder que acumulara ao longo de um percurso político tão exuberante quanto insólito.

Reunindo informação que o próprio e os seus advogados haviam decidido compilar ao correr do processo judicial que lhe fora movido pela Repartição de Justiça da Marinha em Maio de 1974, acaba então de redigir um volume de memórias. Por meio delas evoca sem contenção elegíaca algumas das realizações mais emblemáticas do Estado Novo de que fora protagonista: o «ressurgimento das pescarias» e o «regresso de Portugal ao mar». Esse volume de notas soltas, a que podemos chamar memórias inéditas, é, como seria de esperar, o registo apologético de uma obra feita no singular.

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; membro do CEIS 20.

** O presente artigo constitui um pequeno ensaio biográfico que integra um projecto de maior fôlego que visa redigir uma biografia de Henrique Tenreiro a publicar pelo Círculo de Leitores. Embora a pesquisa documental ainda esteja em curso, o texto que aqui se apresenta recupera e desenvolve parte do conteúdo do artigo introdutório que publicámos na revista *História*, 3.^a série, n.º 26, Junho de 2000, pp. 16-25. Boa parte da documentação inédita a que tivemos acesso, pertença do espólio pessoal de H. Tenreiro, foi-nos gentilmente cedida pelo Dr. Henrique Marçal, sobrinho-neto do biografado, a quem devemos um especial agradecimento.

¹ H. Tenreiro, *Cartas de Família (1974-1994)*.

Perdidos os poderes que acumulara durante trinta e oito anos e afastado da ribalta após um ajuste de contas que foi, por certo, o menos tolerante de quantos a revolução originou², H. Tenreiro julga-se remetido a uma existência indigna da obra que construíra. Di-lo repetidas vezes. Talvez por isso, sente necessidade de promover uma espécie de exorcismo da memória. A simples perspectiva de a história lhe mover um julgamento impiedoso que jamais consentisse lembrar uma obra bem sucedida e repleta de sugestões de grandeza mobiliza-o a evocá-la. Os fragmentos de memórias que redige denotam uma obsessiva oscilação entre o encómio pessoal, o relevo das suas pretensas virtudes de homem de acção e a reconhecida modéstia das suas qualidades intelectuais. De certa maneira, foi por meio da escrita das memórias que H. Tenreiro encontrara forma de pôr em relevo toda uma trajectória de poder e de sanear o anátema a que fora sujeito. O facto de jamais ter procurado publicá-las — tê-lo-ia feito, certamente, caso fosse reintegrado na marinha e voltasse a Portugal — parece demonstrar que se tratou apenas de um acto existencial cujo móbil seria reencontrar-se com o seu itinerário de poder, combater e depurar longos meses de prisão e de revolta interior.

Esta tensão emotiva que perpassa todo o trajecto de vida de H. Tenreiro põe em evidência a mais intrigante questão do seu percurso biográfico: o enigma do poder, o modo como o conquistou e o consolidou.

Se a narrativa biográfica também serve para sujeitar as representações individuais e colectivas que o tempo gerou sobre os homens a uma revisão crítica da memória³, é esse ensaio que neste caso se impõe. Ora as representações de memória social que a democracia teceu acerca de H. Tenreiro são subjectivas e plurais, como todas, mas convergem numa certa imagem de poder fáctico, tentacular e quase absoluto que a imprensa pós-revolucionária e o próprio anedotário popular ajudaram a fixar. Não cabe aqui discutir em profundidade a verosimilhança dessas «imagens», mas apenas submeter esta narrativa biográfica a um feixe de perguntas estruturantes capazes de elucidar o percurso individual de H. Tenreiro como homem público.

De que modo se processou a sua afirmação política no âmbito do regime de Salazar? Como conseguiu alcançar tamanhos poderes e notoriedade a ponto de podermos considerar a administração das pescas uma «hierarquia

² Para uma leitura politológica dos saneamentos políticos da elite do Estado Novo no período pós-revolucionário, v. António Costa Pinto, «Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974-1976», in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 29-48.

³ Giovanni Levi, «Les usages de la biographie», in *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, n.º 6, 1989, p. 1327; M. Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política — Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, 1999, p. 9.

funcional»⁴ do regime? Por que se tornaram a «campanha do bacalhau» e a «obra social das pescas» ícones do sistema corporativo e qual o papel de ambas na consolidação do subsistema de poder de H. Tenreiro?

A resposta a estas e outras questões requer uma síntese biográfica de tipo narrativo capaz de situar a personagem no espaço público do salazarismo e no terreno das instituições em que mais se moveu. H. Tenreiro foi um dos mais destacados oligarcas da organização corporativa. É, pois, nesse (ou a partir desse) território institucional que decorre boa parte do seu itinerário de poder.

Como qualquer outro indivíduo, a sua vida evidencia uma singularidade irredutível cujo «destino» só se compreende em diálogo permanente com o contexto histórico e social no qual se desenrola e do qual o trajecto biográfico acaba por ser um observatório privilegiado⁵. Será essa, por certo, a melhor forma de declinar a «ilusão biográfica» de que fala Bourdieu⁶, opondo à pretensão de coerência e linearidade que não raro se presume nas representações biográficas a necessária vigilância crítica. Uma dessas ilusões de coerência é supor que a vida pública e privada de qualquer indivíduo comporta sempre um sentido. Ora, no caso de H. Tenreiro, esse «sentido» é contingente e muitas vezes desconcertante. É certo que os domínios público e privado do seu percurso biográfico interagem, mas pouco se explicam entre si.

As vivências de infância e juventude de H. Tenreiro são absolutamente comuns. Seria abusivo antever em qualquer dessas etapas fortes sinais de aptidão para a ribalta política ou mesmo um prenúncio de vocação naval. Tenreiro é um homem cuja trajectória política assenta num processo singular de construção de uma ampla rede de poderes no âmbito do salazarismo. Foi o Estado Novo que o projectou e dimensionou? Ou foi o próprio quem abriu caminho a esse poder mercê de uma série consequente e oportuna de voluntarismos pessoais?

Se tomarmos a tipologia weberiana das formas de domínio e legitimidade políticas⁷, nota-se o paradoxo de Tenreiro ter evidenciado poder carismático não sendo um chefe, mas apenas um destacado funcionário da oligarquia do Estado.

⁴ A expressão é de Philippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 133.

⁵ Sobre este modo de perspectivar a narrativa biográfica, v. Giovanni Levi, art. cit., pp. 1330-1331, e Norman K. Denzin, *Interpretative Biography*, Newbury Park/Londres/Nova Deli, Sage, 1989, pp. 28-29 e 61 e segs. A propósito da reabilitação do género biográfico numa historiografia política capaz de revalorizar o discurso narrativo e o registo *événementiel*, reveja-se o excelente ensaio de M. Fátima Bonifácio, *ob. cit.*, em especial pp. 33, 46 e segs.

⁶ Pierre Bourdieu, «L'illusion biographique», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62-63, 1986, pp. 69-72, cit., entre outros, por Norman K. Denzin, *ob. cit.*, p. 61.

⁷ V. S. N. Eisenstad (ed.), *Max Weber on Charisma and Institution Building: Selected Papers*, Chicago, University of Chicago Press, 1968. Para uma explicitação sumária do conceito weberiano de carisma, v. também João Medina, *Salazar, Hitler e Franco — Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 180-182.

Assim, importa perguntar donde lhe vinha a legitimidade política para actuar como autêntico chefe e patriarca do mundo marítimo e ao mesmo tempo como guardião do próprio Estado Novo. Foi essa legitimidade conquistada, delegada por Salazar ou terá resultado de ambas as coisas?

O ENIGMA DO PODER

Henrique Ernesto Serra dos Santos Tenreiro é uma figura exaltante. Homem de acção, influências e poderes, foi por certo uma das personagens mais detestadas e lisonjeadas do salazarismo.

Tenreiro jamais foi ministro, secretário ou subsecretário de Estado. Menos ainda «delfim» de Salazar. Excedeu, porém, o poder e a influência da esmagadora maioria daqueles que o foram. Na verdade, um simples arrolamento das muitas funções que desempenhou até 1974, seja no sistema político (União Nacional, Assembleia Nacional e Câmara Corporativa), seja nas organizações milicianas do regime (Legião Portuguesa) ou, sobretudo, na administração das pescas, nunca deixará perceber os poderes que alcançou, a extrema influência que exerceu e o modo como teceu e sedimentou, dentro do regime, um subsistema de poder dotado de uma escassa vigilância institucional por parte do chefe do governo.

Esta aparente irrelevância formal dos cargos que ocupou no aparelho político coloca múltiplas questões. Nos limites deste escrito importa sintetizar as etapas essenciais da trajectória de H. Tenreiro, situar os momentos-chave da sua afirmação política e discutir as razões pelas quais firmou no sector das pescas um poder cuja espessura em muito ultrapassou as funções de que fora incumbido a 20 de Julho de 1936: delegado do governo junto do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau.

Henrique Tenreiro viveu muito e de maneira intensa, por vezes frenética (1901-1994). A forma activa e vibrante como consumiu boa parte desses «longos» 92 anos em nada condiz com o pulsar monótono e anestesiante do regime que serviu. O paradoxo não deixará de ser significativo. Num regime autoritário conservador, de brandura tradicionalista e integracionista que, em teoria, dispensava a agitação carismática, foi necessário, afinal, conseguir a síntese dos contrários: mobilizar para manter, agitar para estabilizar.

Tenreiro nunca deixou de ser essa reserva mobilizadora. Em tudo se empenhou num permanente afã de evidência e de ostentação de poder. Poucos terão sido os rituais patrióticos de carácter oficial (aniversários da «revolução nacional», comemorações henriquinas e outras de índole historicista) em que não foi protagonista. Em todas essas manifestações encenadas assumiu um papel mobilizador e organizador; em todas elas se destacou como homem de acção que garantia com singular eficácia a adesão das massas, o colorido das bandeiras e os «vivas» oportunos.

Sempre que a delicadeza do momento político sugeria o cerrar de fileiras ou quaisquer iniciativas de sentido coreográfico, Tenreiro era chamado. Assim o fez em diversas contramanifestações que o próprio organizava, servindo-se dos membros e dos meios logísticos da Legião Portuguesa e da obediência dos funcionários da Organização das Pescas, de modo a espicaçar confrontos e a justificar a intervenção das forças policiais. A mais significativa dessas acções «espontâneas» ocorreu por ocasião da chegada triunfal do general Humberto Delgado à estação de Santa Apolónia, em Lisboa, a 16 de Maio de 1958. Nestas e noutras manifestações, Tenreiro coordenava as forças de segurança, distribuía tarefas e sobrepunha as suas funções aos poderes dos ministros.

Em 1964 e 1969 apresentou aos ministros da Educação Nacional planos pormenorizados de neutralização dos elementos mais «subversivos» do movimento estudantil, ora mobilizando os meios legionários e brigadas da PIDE para reprimir manifestações mais ou menos previsíveis, ora apoiando a acção de grupos radicais de direita⁸. Não menos «escrupuloso» era o seu trabalho na perturbação de movimentos grevistas e na organização das famosas «chapeladas» eleitorais do Estado Novo. Em ambas as tarefas Tenreiro empenhava funcionários da Organização das Pescas, a quem remunerava através de verbas escrituradas nas contas dos organismos corporativos e das empresas que deles dependiam como «despesa social» ou «fins patrióticos». Autêntico «patrão da Legião» durante as décadas de 60 e os primeiros anos 70, Tenreiro controlava o serviço de informações da milícia, que, de parceria com os secretários e assessores de imprensa da Organização das Pescas, montava acções de combate aos mais diversos quadrantes sociais das oposições, fornecendo informações regulares às entidades policiais e ao próprio presidente do Conselho⁹. Nenhuma das movimentações relevantes das oposições deixou de ser vigiada, perturbada ou combatida. Com o singular afã de guardião do regime e das suas «intangíveis virtudes», H. Tenreiro vigia e procura reprimir com uma cadência praticamente diária todas as frentes políticas e sociais hostis à sobrevivência do Estado Novo: associações de estudantes, convívios e reuniões estudantis, padres de suspeita ortodoxia e católicos progressistas, congressos da oposição democrática, manifestações culturais de índole diversa, teatro e cineclubismo.

Figura de modesta craveira intelectual e de méritos navais discutidos e discutíveis, destacou-se pelo frémio da acção e pela militância exuberante com que defendeu o regime, mesmo à beira do fim. No período das guerras coloniais foi dos que melhor personificaram a «mística de combate» pelo

⁸ *Auto do Corpo de Delito* (43.º vol. do processo judicial instaurado ao almirante H. Tenreiro), fl. 14 337.

⁹ *Ibid.*, fls. 14 334 e segs.

império tão ao gosto da ultradireita. Após o afastamento de Salazar, em 1968, temendo o descabimento do regime, não suporta as veleidades reformistas do marcelismo. Desde que se insinuam, combate-as energicamente.

Homem que não hesitou em reconhecer a sua impreparação política, matizou o sincretismo de ideias que releva do seu discurso com a evidência exterior da obra feita. Na verdade, a sua trajectória define-se muito mais pelo que fez do que por aquilo que pensou e programou. Tudo o que fazia supunha um objectivo determinado e presumia um sentido instrumental. Preferiu sempre vincar as suas rejeições — o liberalismo, a desordem pública e a erosão do poder do Estado — a enunciar com clareza os seus princípios e valores de natureza política e ideológica. Os testemunhos desse sincretismo e de uma certa propensão para a *politique d'abord* são abundantes. Na ânsia de se libertar após longos meses de prisão, terá afiançado ao juiz que o interrogava em Caxias que depressa aprenderia a ser um bom democrata¹⁰.

Alguns dos que lhe foram próximos recordam que Salazar jamais lhe terá apreciado a vaidade, o estilo garboso e arregimentador. É notório, porém, que, sem lhe atribuir o privilégio da audiência, o presidente do Conselho sabia-o fiel, tremendamente útil e eficaz. Admirou-lhe a dinâmica e a forma como fizera das pescas e da respectiva «obra social» um emblema do regime corporativo. Pouco importava como o fizera.

DA ESCOLA NAVAL A OLIGARCA DAS PESCAS

À semelhança de tantos outros que podemos integrar na torrente do pessoal político guindado pelo Estado Novo, H. Tenreiro é uma figura que não ostenta um passado capaz de adivinhar grandes façanhas.

Único filho varão de um professor de instrução primária e director escolar de origem humilde, natural de Gouveia, e neto, pela via materna, de um garboso coronel de Campo Maior, de quem viria a herdar alguns bens, a sua educação básica foi austera e normativa. O pai, António dos Santos Tenreiro, era um homem autoritário e regrado. Conhecia bem a alta sociedade lisboeta e dera lições particulares na corte do rei D. Carlos. Devotado mestre dos seus alunos, era muito dado à promoção do escutismo laico na escola primária que dirigia. Como era de direito para todos os directores escolares, Henrique passou a adolescência vivendo na escola onde o pai tinha moradia própria facultada pelo Estado. Aos 14 anos de idade o progenitor confiou-lhe o comando do grupo de escuteiros municipais que criara na Escola Primária n.º 11. O rapaz comandou-o até ingressar na Escola Naval, como aspirante, seis anos depois.

Henrique passou, assim, a infância e a primeira juventude sempre em Lisboa, no cadinho pequeno-burguês de uma família pouco endinheirada, cujo chefe, como tantos outros «apóstolos da instrução» a quem a República tanto prometera, militou no Partido Democrático. À míngua de bons salários do progenitor, cuja fama de bom professor lhe permitira desdobrar-se entre a escola pública, o ensino no prestigiado Colégio Arriaga e as lições particulares, a partir dos 13 anos de idade o jovem Henrique dará aulas particulares até ingressar na Escola Naval. Já então frequentava o Liceu Pedro Nunes, uma das escolas públicas favoritas das elites burguesas de Lisboa, cuja frequência passou sem brilho. Cresceu, assim, num ambiente laico, acostumado a conviver com a farda, algum sacrifício e as regras de corporação.

O sonho de uma carreira naval era muito comum entre a pequena burguesia urbana mais instruída. Henrique seguirá os conselhos do progenitor por influência de António dos Santos Lucas, figura de referência da família e primo-direito do pai. Coronel de engenharia, natural de Gouveia, matemático e pioneiro do actuariado em Portugal, o professor Santos Lucas destacou-se na administração escolar e foi director da Casa Nacional da Moeda.

AS LONJURAS DO IMPÉRIO E A AGONIA DA REPÚBLICA LIBERAL

Quando entrou no aparelho corporativo, em meados de 1936, H. Tenreiro era um discreto primeiro-tenente da Marinha que trabalhava como «oficial às ordens» no gabinete do ministro Ortins de Bettencourt, então chefiado pelo comandante Américo Tomás.

Até aos primeiros anos 30 a vida do jovem marinheiro fora semelhante à de tantos outros. Repartida entre a Escola Naval, onde concluíra o curso em 1924 com uma classificação bastante modesta, e os deveres da guarnição nas muitas viagens de instrução e comissões que realizou, de 1924 a 1932 Tenreiro andou sempre longe de Lisboa e da vida política. As suas ambições, ainda pouco definidas, limitavam-se ao perímetro restrito da carreira militar. Recordará mais tarde que no período que antecedeu as suas quatro décadas de vida pública vivera o fulgor juvenil no horizonte imediato da diversão, da descoberta e do amor fugaz. Enérgico, entusiasmado e febril, evidenciava uma capacidade de trabalho incomum.

H. Tenreiro cultivou um gosto indómito pela festa e pela aventura. Foi assim nos poucos meses em que se encontrava em Lisboa. Mais ainda nos muitos portos por onde passou, conhecendo as lonjuras do império. Em 1923-1924, ainda aspirante, demandou toda a «África portuguesa». Seis meses depois volta a embarcar; faz uma viagem de soberania a bordo do cruzador *Adamastor* que duraria dois anos e na qual poucos voluntários se haviam alistado. Missões difíceis e exigentes eram, porém, recompensadas por

«formidáveis vencimentos», coisa que nesse tempo Tenreiro sempre procurou. O desejo de conhecer e de experimentar demoveu sempre a monotonia e o desgaste da guarnição a que se entregava com singular entusiasmo. Já promovido a guarda-marinha, quando se dá a revolução do 28 de Maio de 1926, Tenreiro encontra-se na Madeira, onde o *Adamastor* aportara na viagem de regresso a Lisboa. Na véspera, o próprio cifrara um telegrama ordenando que o navio rumasse de pronto à capital para «ajudar a sufocar a insurreição», visto que «o ordenado dos oficiais e praças tinha sido aumentado»¹¹. A sua participação no golpe militar que derrubou a I República foi, por conseguinte, nula. Quando o navio se fez ao mar, já o governo caíra.

Além deste legado de experiências, alguns episódios houve que moldaram o perfil político de H. Tenreiro. Desta fase limitar-se-á a recordar, em jeito de justificação da forma súbita como haveria de chegar à ribalta passados poucos anos, certos episódios de impressiva violência que marcaram o último fôlego da república liberal. Entregue aos deveres da guarnição, onde passa uns bons anos, observa a partir desse ângulo apertado a instabilidade endémica dos anos finais da I República, em cuja vaga de conjuras e atentados a armada muitas vezes se envolve. Na verdade, há dois momentos fulcrais na gestação do posicionamento político de H. Tenreiro: a célebre «noite sangrenta» de 19 de Outubro de 1921, durante a qual foram assassinadas figuras de referência da República, como o chefe do governo, António Granjo, e o «herói da Rotunda», Machado Santos, e as insurreições «reviralhistas» de Fevereiro de 1927.

Em 1920 Tenreiro entrara para a Escola Politécnica, onde faria os preparativos para ingressar na Escola Naval. Poucos dias depois de concretizar o sonho da marinha, assiste, algo atónito e sem grande percepção política do que estava a passar-se, a alguns acontecimentos do «outubrismo» que reflectem a radicalização política de boa parte dos efectivos da armada. O protagonismo de gente da marinha na insurreição conduzirá ao encerramento temporário da Escola Naval e desperta em Tenreiro um sentimento de revolta ainda pouco definido e politicamente incerto.

Na revolta de 7 de Fevereiro de 1927¹², já segundo-tenente, terá uma resistência activa — embora ingénua — na defesa do Arsenal de Marinha e, depois, na repressão impiedosa dos revoltosos, um grupo de marinheiros comandado pelo tenente Agatão Lança, a que se juntaram umas poucas companhias da GNR. A desproporção de meios entre as forças revolucioná-

¹¹ H. Tenreiro, *Memórias Inéditas*, p. 15.

¹² Para uma síntese dos acontecimentos e significado da revolução de 3-9 de Fevereiro, v. Luís Farinha, *O Revirvalho — Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 34 e segs.

rias e as tropas fiéis à ditadura e o facto de os quartéis se encontrarem de prevenção desde que estalara a revolta no Porto facilitam o êxito das tropas governamentais. Entre elas distinguem-se alguns aguerridos tenentes de futuro político risonho, embora com destinos diversos: casos de Assis Gonçalves, Henrique Galvão, Humberto Delgado e H. Tenreiro.

O facto de ter sido confiado a Tenreiro o comando da defesa do Arsenal — que chegou a ser tomado pelos revoltosos — na noite em que a mais enérgica intentona do «revirinho» se estendeu a Lisboa ajudou o jovem oficial a preencher um certo vazio político e a apagar de vez a visão romântica de uma marinha fiel e incolor, como imaginara ao ingressar na Escola Naval. Organizado pela esquerda republicana e fortemente influenciado pelos intuitos «regeneradores» do grupo seareiro, o pronunciamento de Fevereiro de 1927 mobilizou militares e civis e alastrou a diversas cidades. Foi talvez o canto de cisne de uma armada maioritariamente desalinhada com a ditadura.

Recordando o estado das suas ideias políticas nesse período conturbado da ditadura militar, Tenreiro dirá que era apenas «pela ordem» e lhe repugnava o envolvimento de alguns colegas de armas nos golpes contra a «situação». «Este episódio mudou completamente o meu comportamento, ou seja, a maneira de rapaz acomodado que ainda não tinha tomado nenhuma atitude» face à evolução política do país, afirmará anos mais tarde¹³. A partir de 1927, o envolvimento da marinha nas conspirações republicanas será, na verdade, mais ténue. Em regra, alinha com o republicanismo moderado¹⁴. Daí por diante, o jovem oficial segue o posicionamento da corporação com permanente desconfiança e sempre «à direita» da corrente dominante. Marcado pela tenaz resistência que opusera aos revoltosos, engrossará o caudal do «tenentismo» e da oficialidade integralista ou da direita radical que procura afastar o republicanismo conservador dos governos da ditadura militar.

Após cerca de seis anos no mar, H. Tenreiro conta 28 anos. De regresso a Lisboa durante uns poucos meses, subtrai algum tempo à vida naval para contrair matrimónio com D. Elizabeth Marques, senhora brasileira, filha de um abastado banqueiro de Belém do Pará e cunhada do ministro Ortins de Bettencourt.

Nesse ano de 1929 a formação política de H. Tenreiro era ainda algo impressiva e difusa. O próprio confessa mais tarde que o contacto que tivera com Pedro Teotónio Pereira no Liceu Pedro Nunes e na Politécnica fora marcante: «Homem sério e conservador, muito me ajudou a estruturar as minhas primeiras ideias políticas. Foi ele quem traçou o meu destino na carreira política¹⁵.» Daqueles tempos recordará as longas e saborosas conver-

¹³ H. Tenreiro, *Memórias...*, p. 19.

¹⁴ Cf. A. J. Telo (coord.), *História da Marinha Portuguesa — Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, p. 306.

¹⁵ H. Tenreiro, *Memórias...*, pp. 4 e 15.

sas que mantivera com o futuro ministro e embaixador (elemento da primeira geração do integralismo lusitano), alicerce de uma afectuosa amizade que o tempo sedimentou e que a correspondência trocada entre ambos bem documenta¹⁶. É de supor que o gosto que ambos nutriam pelo mar — recorde-se que Teotónio Pereira esteve na iminência de seguir a carreira naval —, bem como a cumplicidade que irão manter em todo o processo de corporativização das pescas, tenham contribuído para que tal ligação se reforçasse ao longo dos anos. Além da memória de dissensões internas da marinha e do presenciar de conjuras e golpes em que, num ou noutro caso, o jovem Tenreiro tomou partido, Teotónio Pereira manter-se-á como uma das poucas referências seguras e duradouras do seu ideário. Alguém que, como é sabido, ajudou a «assimilar» diversos antigos nacional-sindicalistas e a atrair para o Estado Novo membros da direita radical.

A ORGANIZAÇÃO DAS PESCAS

Em 23 de Julho de 1936, o ministro do Comércio e Indústria, Pedro Teotónio Pereira, nomeia-o delegado do governo junto do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau¹⁷, tarefa que não deixava antever outros poderes que não os da vigilância política das relações entre capital e trabalho naquele subsector da pesca.

Durante trinta e oito anos H. Tenreiro seria o verdadeiro «patrão das pescas», sector em que exerceu uma liderança forte, carismática e paternalista. Seria ainda delegado do governo junto dos restantes grémios das pescas, depois criados: Sardinha (1938), Arrasto (1939), Baleia (1945) e Atum (1960).

Tenreiro formara no «Grémio do Bacalhau» o embrião da Organização das Pescas, designação opaca que o próprio viria a consagrar e que referencia uma densa rede de organismos corporativos, sociedades mútuas de seguros, cooperativas e secções mercantis e empresariais de grémios de filiação obrigatória que envolveu as pescas marítimas de 1935 a 1974.

Para usarmos uma distinção sempre operativa, do lado do capital, o esquema funcional daquela Organização firmou-se na base de um modelo que Tenreiro estendeu às restantes pescas agremiadas a partir da do bacalhau: um grémio, uma mútua, uma cooperativa. Este esquema de concentração compartimentada das organizações das pescas em torno de grémios obrigatórios «assistidos» pelo mesmo delegado do Estado permitiria conjugar a regulação vertical de cada um dos subsectores com a supervisão horizontal

¹⁶ Cf. AM, núcleo 423, *Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro* (vários processos).

¹⁷ Cf. despacho de nomeação no *Diário do Governo*, 2.^a série, de 23 de Julho de 1936.

exercida por meio da delegação do governo. Não menos importante na consolidação de uma rede de administradores capazes de garantir fidelidade política e de interpretar as directrizes da delegação do governo, seria a possibilidade de Tenreiro ter em cada uma dessas organizações dirigentes que, escolhidos por si ou eleitos pelas assembleias gerais dos grémios (assim sucedia com as mútuas e cooperativas), garantissem obediência política e institucional. Na prática, os poderes que Tenreiro exerceu sobre cada um dos grémios e respectivas «organizações» foram muito variáveis. Fortíssimos nos casos das pescas do bacalhau e do arrasto, foram menos vinculados na pesca da sardinha, cuja estreita ligação aos interesses conserveiros resultou sempre numa menor intromissão do delegado do governo na vida interna do respectivo grémio.

A juntar aos poderes formais conferidos em lei a qualquer delegado do governo junto de um «grémio obrigatório» (em especial o direito de veto sobre as deliberações dos respectivos corpos gerentes), Tenreiro foi acumulando poderes bastante mais amplos, que exerceu a partir das suas funções originais nos conselhos gerais dos grémios e «mútuas corporativas». No caso do bacalhau — segmento onde a sua influência foi mais decisiva —, após um período inicial em que procurou disciplinar os armadores e impor a respectiva colaboração com as casas dos pescadores e os sindicatos nacionais, evocando amiúde a protecção que a «ordem corporativa» trouxera à indústria (fixação de preços mínimos à produção, reserva de mercado, garantias de recrutamento e crédito barato, entre outras), Tenreiro consegue esvaziar a vida associativa do grémio e vincular os armadores à política de fomento definida pelo Estado¹⁸.

Até 1974 é ele quem define as directrizes da política nacional de pescas, controla e dispõe sobre todas as fontes de financiamento dos programas de renovação das frotas. De 1953 em diante preside ao conselho administrativo do Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca, o célebre FRAIP, donde provém boa parte do financiamento dos programas estatais de renovação das frotas de pesca.

Ao poder financeiro Tenreiro acrescenta extensos poderes de gestão empresarial de um expressivo sector público-corporativo das pescas que, por finais de 1960, engloba trinta «organizações», entre grémios, sociedades mútuas de seguros, cooperativas de aprestos e empresas dependentes da organização corporativa. Desde o tempo da guerra, Tenreiro impõe a concentração de capitais em sociedades de armadores controladas pelos grémios (casos da SNAB e da SNAPA), cria empresas formalmente privadas investidas de funções oficiais de intervenção no abastecimento de pescado (caso da Gel-Mar, criada em 1957), concessionárias, como a Docapesca (1966), e secções especializadas de grémios de vocação empresarial (Serviço

¹⁸ Cf. MMI, *Actas do Conselho Geral do GANPB*, livro 1, 26-2-1936 a 15-2-1940.

de Abastecimento de Peixe ao País, em 1956). A Organização das Pescas não era, porém, uma realidade unívoca. Ao poder tutelar de H. Tenreiro eximiam-se — sendo até hostis a qualquer interferência sua — os organismos de coordenação económica, Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau e Instituto Português de Conservas de Peixe, ambos territórios de «administração indirecta» do Estado¹⁹.

Na obsessão de tudo enquadrar de modo a garantir que a «campanha do bacalhau» e o fomento das demais pescarias corressem sem sobressaltos, o Estado delega em Tenreiro uma importante função arbitral que o próprio interpreta de forma expedita e zelosa: cabe-lhe impor a colaboração institucional entre capital e trabalho, vigiar o comportamento de ambos e chamá-los a uma cooperação permanente com os poderes públicos e corporativos²⁰.

No âmbito de todas as funções enunciadas e de outras mais que viria a desenvolver no organigrama das pescas, Tenreiro foi responsável por um indiscutível impulso das pescas nacionais através da consecução de planos de ampliação e renovação das diversas frotas, a começar pela do bacalhau. Subsector que o regime sempre considerou prioritário, dada a importância do produto no abastecimento, a relevância económica e social do emprego a montante e a jusante da pescaria e o conteúdo épico da «grande pesca». A «campanha do bacalhau», programa de autarcia relativa, alcança resultados tangíveis: a margem de auto-aprovisionamento passa de 16% em 1934 para os 75% em 1966. Quinto produtor europeu de bacalhau salgado seco em 1938, Portugal torna-se o primeiro produtor mundial vinte anos depois²¹. Uma cuidadosa representação ideológica da reabilitação da «faina maior» procurará totalizar as imagens do fenómeno e projectá-lo a nível interno e externo.

Nas suas inúmeras intervenções públicas, Tenreiro ostenta o sucesso e a grandeza da obra feita. O sector das pescas pertence-lhe, sendo apresentado como uma das principais realizações da obra de «ressurgimento nacional» conduzida pelo Estado Novo. Enquanto prossegue a agremiação das pescas, lenta e definida ao sabor da conjuntura dos diversos subsectores, Tenreiro vai dilatando os seus poderes e influências, passando a exercer o cargo de «delegado do governo junto de todos os organismos das pescas». Do ponto de vista legal, a delegação do governo, situada à Praça Duque da Terceira,

¹⁹ A definição jurídica é de Vital Moreira, *Auto-Regulação Profissional e Administração Pública*, Coimbra, Almedina, 1997, p. 246.

²⁰ Num discurso celebrativo proferido em Julho de 1956 o próprio reconheceu que era esse o fulcro da sua acção como delegado do governo dos organismos das pescas (cf. *Vigésimo Aniversário da Organização Corporativa das Pescas*, Lisboa, Gabinete de Estudos das Pescas, 1957, p. 65).

²¹ Álvaro Garrido, *O Estado Novo e o «Regresso de Portugal ao Mar»: a Reabilitação da «Grande Pesca»*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999 (anexos).

nunca existiu. À medida que se assiste à hipertrofia das organizações (grêmios, sociedades mútuas de seguros, cooperativas, empresas privadas e semi-públicas criadas no âmbito da organização corporativa), alarga-se o território de influências da delegação do governo.

O declinar dos anos 50 e toda a década de 60 constituem o período de maior consolidação dos poderes de H. Tenreiro. As várias dezenas de «organizações das pescas» mobilizam alguns milhares de funcionários, cujo recrutamento se presta a um intenso tráfico de influências e se submete a um permanente escrutínio político²². Até 1974 a Organização das Pescas funciona como agência política do regime, espécie de ministério informal onde se exercem as mais diversas e insólitas práticas de informação, mobilização e favoritismo políticos. Estamos perante uma rede tentacular que estendia as suas influências a certos domínios da administração pública e da administração colonial, nas quais Tenreiro colocava gente de «boas referências» e de insuspeita fidelidade sempre que era possível atender os inúmeros pedidos que lhe faziam chegar membros e ex-membros do governo, legionários e agentes da PIDE, altos funcionários da Organização das Pescas ou gente influente na sociedade lisboeta²³.

A OBRA SOCIAL DAS PESCAS

Além do mais, coubera a H. Tenreiro ser o vértice do arrojado esquema de assistência social dos trabalhadores do mar, porventura a mais emblemática realização do Estado Novo em matéria de «colaboração orgânica» entre capital e trabalho. Tenreiro foi vogal da Junta Central das Casas dos Pescadores desde 1938 e presidente da direcção do mesmo organismo de 1946 em diante. Cedo se converteu numa espécie de patriarca dos «trabalhadores do mar», que, em regra, nutriam por ele grande admiração.

O funcionamento da Organização das Pescas obedecia a uma certa circularidade. Os apoios de natureza social colocados à mercê dos pescadores e suas famílias, em particular as diversas vertentes da obra de assistência e o alcance — embora muito reduzido — dos benefícios de previdência, são inequívocos. Ambos excederam as modestas realizações das casas do povo e deixaram até hoje marcas nostálgicas nas comunidades marítimas. Instru-

²² A título de exemplo, cf. AM, núcleo 423, cx. 6, proc. 26, *Chefes de gabinete, secretários e directores-gerais*.

²³ Os exemplos deste género de influências provam-se a cada passo da documentação compulsada no que sobra do arquivo da Organização das Pescas em depósito no Arquivo de Marinha. Entre outros, cf. *ibid.*, cx. 5, proc. 25, *Presidência da República*, cx. 14, proc. 80, *Dr. Ulisses Cortês*.

mento da política salarial dos armadores e de vigilância do recrutamento dos homens que iam ao bacalhau, as casas dos pescadores procuravam harmonizar as velhas práticas de organização das pescarias artesanais — baseadas em relações de parentesco e na propriedade comum dos meios de produção — com as relações sociais de produção de tipo capitalista dominantes nas pescas do arrasto e do bacalhau.

O esquema de funcionamento desses «organismos de cooperação social», cuidadosamente programado por Teotónio Pereira, Rebelo de Andrade e pelo próprio Salazar, assenta numa lógica paternalista capaz de prevenir a desconfiança e a agitação indómitas das gentes do mar e de reforçar e tutelar essas ancestrais «sociedades-providência» do litoral. Ao próprio Estado são reservadas prerrogativas de enquadramento, fiscalização e repressão dos «marítimos». Por iniciativa de Tenreiro, a obra assistencial das pescas atinge o paroxismo em 1955, data em que é lançado ao mar o «novo *Gil Eannes*». O serviço permanente de assistência aos pescadores portugueses nos «bancos» da Terra Nova garantido pelo moderno navio-hospital comporta uma dimensão material, «moral» e religiosa, não raro extensiva a frotas de países estrangeiros. Ícone da grandeza da obra social das pescas, o *Gil Eannes* projecta além-fronteiras a pretensa superioridade moral do regime de Salazar.

Todavia, se a trajectória política de H. Tenreiro muito se deve ao que fez na Organização das Pescas, importa situá-la noutros registos.

A ENTRADA POLÍTICA NO REGIME

Escassos dois meses após ter sido nomeado delegado do governo junto dos organismos das pescas, Tenreiro tem uma «entrada política» no regime que lhe reforça o poder e lhe confere um campo mais vasto de intervenção do que o da simples supervisão do enlace corporativo entre capital e trabalho no sector das pescas. Para tal contribui o seu voluntário protagonismo na repressão impiedosa da revolta dos marinheiros da ORA (Organização Revolucionária da Armada)²⁴, de Setembro de 1936, que, no fervor anticomunista acicatado pela

²⁴ Organização ligada às estruturas clandestinas do Partido Comunista Português, protagonizou a revolta dos marinheiros dos navios *Dão*, *Bartolomeu Dias*, *Afonso de Albuquerque*, *Pedro Nunes* e, no transporte, *Gil Eanes*. Se bem que a principal motivação da revolta fosse de natureza «corporativa», é sabido que os revoltosos tentaram apoderar-se do comando dos navios e sair da barra do Tejo na intenção de se juntarem à armada das forças republicanas espanholas. Sobre o assunto, v. A. J. Telo, *ob. cit.*, pp. 395-397. Sobre o protagonismo e acção concreta de Tenreiro na repressão da revolta, v. o relato de P. Teotónio Pereira, *Memórias*, 2.^a ed., vol. 1, Lisboa, Verbo, 1973, pp. 303-304, e *Diário de Notícias*, 9 de Setembro de 1936, «Ventos de Espanha — a bordo do navio *Afonso de Albuquerque* e do contratorpedeiro *Dão*».

guerra civil de Espanha, irá comprometer e identificar a recém-criada Organização das Pescas com certos núcleos de militância nacionalista e da direita radical. Apreciada de emergência em Conselho de Ministros, a insurreição e o contexto político em que se inscreve acabarão por separar as águas e por salientar os méritos e o voluntarismo do primeiro-tenente Tenreiro. Salazar endurece com a marinha e procura vigiá-la mais de perto.

Nas hostes da marinha, Tenreiro será sempre lembrado como o destemido primeiro-tenente que um dia se pusera às ordens do governo para reprimir colegas de armas hostis à «situação». O episódio acentuaria clivagens profundas entre si, a corrente republicana e as franjas comunistas da marinha, que jamais lhe perdoarão tamanho voluntarismo. A oportunidade de vingança teria de esperar que o próprio regime soçobrasse. Concretizar-se-ia num insólito processo judicial movido pelo Serviço de Justiça da Armada e pelo respectivo chefe do estado-maior, durante o qual Tenreiro seria submetido à erosão de um julgamento político que nunca conheceu equivalente judicial e que jamais resultou em sentença.

A purga política dos efectivos da armada que tem lugar após a insólita revolta da ORA de 1936 acabará por favorecer a posição de Tenreiro. A sua atitude perante a sedição dos marinheiros mostra a Salazar que, do mais alto responsável das pescas ao mais modesto pescador, podia contar com um núcleo de indiscutível fidelidade ao regime, apto a colaborar na defesa da sua «frente interna», espécie de reserva moral dos mais fecundos e genuínos valores da tradição nacional: a «grande família do mar», como tantas vezes lhe chama em discursos de circunstância ou na propaganda institucional.

É precisamente isso que sucede de então por diante: contando com a colaboração de umas poucas dezenas de oficiais da armada — que, em regra, alinhavam numa corrente activista minoritária conotada com a direita radical —, que o próprio coloca em posições de destaque na administração das pescas, os homens do mar e a extensa legião de funcionários da Organização serão enquadrados no regime e, quando necessário, chamados a militar em manifestações patrióticas e contramanifestações ou a colaborar com as organizações de retoque fascista a que os dirigentes estavam ligados.

O acesso privilegiado a cuidados de saúde proporcionados pela Liga dos Amigos dos Hospitais, a que Tenreiro presidiu durante largos anos, foi um dos mecanismos mais comuns dessa vinculação política²⁵. Outros mais havia, porém. Eram frequentes e generosos os donativos de empresas armadoras, de estaleiros de construção naval e das «organizações das pescas» à Fundação Salazar, em cuja dinâmica institucional — designadamente na atribuição de moradias a pessoal político do regime — Tenreiro exercia profundas influências²⁶. Não

²⁵ Cf. AM, núcleo 423, cx. 105, proc. 121.

²⁶ *Ibid.*, cx. 24, proc. 161 (pastas 1 e 2), Almirante Américo Thomaz.

menos decisiva era a sua acção junto da Companhia Nacional Editora. No período em que as guerras coloniais mobilizavam o governo a reforçar o investimento na «informação» da opinião pública, Tenreiro empenhou-se vivamente para obter do Ministério das Finanças subsídios para os jornais *Diário da Manhã* e *A Voz*²⁷. Mesmo que a contragosto de alguns ministros, obtinha deles tudo aquilo que pedia. No crepúsculo do regime, a eficácia do seu trabalho político, feito de influências e poderes pessoais, a todos se impunha como algo incontornável, de extrema importância na sobrevivência do «sistema» e na preservação de uma energia militante e mobilizadora à qual já poucos aderiam.

Cruzando estes e outros poderes, H. Tenreiro converteu a conspícua Organização das Pescas numa das principais e mais personificadas «hierarquias funcionais» do regime.

O FERVOR ANTICOMUNISTA, A LEGIÃO PORTUGUESA E A UNIÃO NACIONAL

Num período em que Salazar já banira tentações vanguardistas e renunciara formalmente a qualquer tentativa de mobilização de massas de inspiração fascista, o deflagrar da guerra civil de Espanha (18 de Julho de 1936) recomenda a canalização do milicianismo para organismos próprios: a Mocidade e a Legião Portuguesa. A 26 de Julho de 1936 Tenreiro tem uma participação activa no apoio ao *Alzamiento*. Nessa madrugada amarram no Tejo, junto à Torre de Belém, três hidroaviões provenientes da base galega de Marín que farão parte da esquadilha de aviação «nacionalista» que auxiliará o desembarque de Franco em Espanha. Numa «operação-relâmpago» é Tenreiro, com o seu habitual voluntarismo, quem reabastece os aparelhos, permitindo que descolem de imediato para Marrocos. Aberto o conflito, colaborando com Sebastião Ramirez, será dos mais empenhados no aprovisionamento de bens alimentares e material de guerra dos navios da «armada nacionalista»²⁸.

Até aos últimos dias do regime, H. Tenreiro será um dos mais exuberantes protagonistas da mobilização anticomunista que então se declara. Na Junta Central da Legião Portuguesa ocupou diversos lugares de responsabilidade: vogal, secretário-geral e presidente. No âmbito da Legião destacou-se como fundador e comandante, durante cerca de vinte anos, da Brigada Naval²⁹. Dada a ligação do organismo à «marinha de recreio», Tenreiro foi ainda presidente

²⁷ *Ibid*, cx. 14, proc. 80, Dr. Ulisses Cortês.

²⁸ Cf. *Memórias...*, pp. 53-54, e MMI, *Actas da Direcção do GANPB*, livro II, acta n.º 37 (reunião de 7 de Dezembro de 1936).

²⁹ Corpo especial da Legião colocado na dependência directa do respectivo comando-geral, foi criado para actuar como uma espécie de «reserva naval» da nação sob orientação do ministro da Marinha (cf. L. Nuno Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 78-80).

da Federação Portuguesa de Vela de 1941 a 1973. Embora o impulso inicial da Brigada haja sido o de promover desportos náuticos e o controle das embarcações dos portos marítimos, à medida que perdeu vigor e expressão miliciana, Tenreiro converteu-a num serviço de obtenção de informações de tipo diverso, em especial sobre as relações de trabalho no sector das pescas³⁰.

Seduzido durante algum tempo pelo cesarismo político italiano e alemão, H. Tenreiro será um fervoroso entusiasta dos valores da cultura física, do olimpismo, da exaltação da juventude e das paradas militares. Numa passagem fugaz pela Alemanha, em 1933, assiste inebriado à tomada de posse de Adolf Hitler. Em 1938 seria mesmo agraciado pelo governo alemão com a *cruz imperial da águia negra*. Tal sedução parece, todavia, ter sido passageira. Se, por um lado, a derrota do «Eixo» arrefeceu o entusiasmo da germanofilia, por outro, o próprio regime se encarregou de marginalizar os mais impenitentes germanófilos³¹. A par de outras figuras da armada que, antes da segunda guerra mundial, não ocultaram uma certa sedução pela cultura político-militar germânica — foi o caso de Ortins de Bettencourt —, Tenreiro foi membro do Comité Olímpico Português, a que presidira o ex-nacional-sindicalista Francisco Nobre Guedes.

À semelhança da generalidade da «direita radical», H. Tenreiro nem sempre observou a intenção de Salazar de manter a União Nacional como organização política de pendor educativo e formativo, fortemente imbricada na administração local. Durante a segunda guerra mundial, em especial após a invasão da União Soviética, Tenreiro subscreve a posição pró-germânica da Junta Central da Legião Portuguesa, em contraste evidente com o discurso oficial do regime. Após as tentativas bem sucedidas de Salazar para conter os ímpetus legionários, de 1944 em diante os cuidados de Tenreiro serão outros. Não por acaso, nos anos decisivos do pós-guerra o «patrão das pescas» será um dos intocáveis do partido único e o principal mentor da militância e do aparato coreográfico que a milícia mantém na vida política portuguesa, evitando quaisquer tensões com a União Nacional. Nos breves períodos eleitorais que o regime consentia, a Legião era incumbida de tomar o pulso às oposições, servindo de aparelho de informação. A delegação do governo junto dos organismos das pescas participava com assiduidade nessas tarefas³² e adquiria cada vez mais uma dimensão política. A simples leitura dos discursos de H. Tenreiro mostra como numa e noutra organizações (União Nacional e Legião) representou papéis distintos e formalmente demarcados.

³⁰ Cf. AM, núcleo 423, cx. 105, proc. 121, *Legião Portuguesa e Brigada Naval*.

³¹ V. Júlia Leitão de Barros, «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a segunda guerra mundial», in *Portugal na Segunda Guerra...*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, pp. 98 e segs.

³² São inúmeros os exemplos dessa cumplicidade. Entre outros, cf., AM, núcleo 423, cxs. 5, 6, 24 e 105.

O seu percurso na União Nacional começara ainda em 1936, na qualidade de membro da comissão concelhia de Lisboa, da qual viria a ser presidente. Embora nunca passando de vogal, sempre que havia remodelações nas listas e se mudavam nomes na comissão executiva, Tenreiro mantinha-se. As razões evocadas para a invariabilidade da escolha parecem óbvias: consultado sobre o assunto em Julho de 1950, o próprio Caetano responde a Salazar que Tenreiro comporia uma «comissão eficaz»³³. O mesmo é dizer que o regime jamais deveria dispensar a abnegação e os poderes do «patrão das pescas», por incómodo que fosse conferir expressão política a alguém que se sabia alinhar numa corrente hostil à jovem «geração marcelista»³⁴.

A VOLÚPIA DOS PODERES E AS TENSÕES DO PÓS-GUERRA

Os desentendimentos de Tenreiro com a corrente marcelista começam bem cedo e tocam diversos aspectos. Enquanto Tomás fora titular da pasta da Marinha (1944-1958), Tenreiro despachava com ele directamente os assuntos das pescas e frequentava amiúde o gabinete. Na prática, funcionava como auxiliar político do ministro.

Entretanto, o impacte da guerra fria sobre a evolução política interna e o fervor anticomunista dos primeiros anos 50 reforçam a influência da direita ultramontana e radical. De forma algo ingénua, Tenreiro sonha com a pasta da Marinha. Indigitado como candidato da União Nacional às eleições presidenciais de 1958, Tomás promete-lhe que tudo fará para que assim aconteça. Num período de intensa crispação e intriga entre as facções reformistas e da ultradireita no interior do aparelho político e das forças armadas, Salazar não cede à ambição de Tenreiro. Acabará por nomear o almirante Quintanilha Mendonça Dias, um homem cujo perfil político andava próximo do de Tenreiro, embora menos polémico e mais prestigiado no interior da marinha, considerando os méritos da sua carreira naval e os lugares de destaque que ocupara na administração colonial. Tenreiro recordará mais tarde que a substituição, em 1958, de Santos Costa na pasta da Defesa por Júlio Botelho Moniz, cujas aproximações a Craveiro Lopes e à corrente marcelista cresciam com nitidez, lhe tolhera as possibilidades de ascender a ministro da Marinha³⁵.

³³ J. Freire Antunes, *Salazar e Caetano — Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 267.

³⁴ A propósito, v. a síntese de Fernando Rosas, «O marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo», in *Revolução e Democracia*, 1, J. M. Brandão de Brito (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 15-59.

³⁵ H. Tenreiro, *Memórias...*, p. 101.

Um dos aspectos que melhor documentam essa coexistência difícil de Tenreiro com a «corrente reformista» do regime respeita às suas divergências com a «geração keynesiana» dos «novos economistas» em assuntos relativos à tutela das pescarias e à vida financeira de certas organizações das pescas que se detectam por finais de 1950. Nessa altura reforça-se a incompatibilidade entre a actuação política de Tenreiro no sector e a perspectiva técnica dos responsáveis do Ministério da Economia, cada vez mais relutantes em colocar à sua disposição capitais destinados a executar uma política de pescas insensível ao problema da solvabilidade das dezenas de empresas que o próprio criara na dependência da «Organização». Um dos exemplos mais elucidativos dessa difícil convivência será, por certo, o desdém com que rejeitou os projectos de reforma do subsector do bacalhau saídos da Comissão de Coordenação Económica do Ministério da Economia — onde havia gente conotada com a corrente reformista do regime — que apontavam para a liberalização urgente dos preços e do respectivo regime de importação. Por pressão das circunstâncias, com o aval de Correia de Oliveira, ministro da Economia, e do próprio Salazar, a liberalização do comércio de bacalhau só seria definida em 1967³⁶. Era o princípio do fim de uma obra emblemática conduzida por H. Tenreiro.

Como seria de esperar, dada a sua condição de primeira figura da «Organização das Pescas», em 1966 Tenreiro é nomeado representante do Estado na Corporação da Pesca e Conservas. Três anos depois, em 1969, torna-se, a contragosto, presidente da Junta Nacional de Fomento das Pescas³⁷. As responsabilidades para que fora nomeado na frágil Corporação da Pesca, criada na vaga serôdia de 1956-1957, e na Junta de Fomento das Pescas seriam muito mal recebidas por si, ciente de que ambas eram inócuas e ambas dissimulavam intenções de lhe conter e esvaziar o poder.

Numa permanente ostentação da obra feita, procura formalizar e autonomizar os poderes de que dispõe e subtrair parte deles ao controle da marinha. Apoiado por Tomás, desde há muito insistia na criação de um ministério ou secretaria de Estado das Pescas, intenção que Salazar foi adiando e que Caetano prontamente rejeitou, ao que parece por indicação do almirante Manuel Pereira Crespo³⁸. Com o novo titular da pasta da Marinha, republicano, *maçon* e simpatizante da linha «marcelista», Tenreiro irá manter uma relação de aberta hostilidade. A ligação estreita de Tenreiro a Américo Tomás e a influência que detinha sobre o presidente da República, que, uma

³⁶ Portaria n.º 22 790, de 22 de Julho de 1967. Sobre o significado da liberalização, v. Álvaro Garrido, «O princípio do fim da pesca do bacalhau», in *Público* (suplemento *Economia*), 8 de Setembro de 1997.

³⁷ Decreto-Lei n.º 49 080, de 25 de Junho de 1969.

³⁸ Cf. *Memórias...*, pp. 96 e 110.

vez consumado o afastamento de Salazar, adquirira um súbito protagonismo político, explicam as movimentações do almirante Crespo no sentido de esvaziar os poderes de Tenreiro e, se possível, afastá-lo da Organização das Pescas. Se é certo que durante várias décadas a sua obra projectara a marinha, à medida que os seus poderes transbordam os limites originais, instala-se a ideia de que a «Organização» já pouco deve à marinha. As franjas comunistas deste segmento das forças armadas, e mesmo a sua corrente liberal conotada com o «revirinho», entendem que a influência e os poderes de Tenreiro, manifestamente superiores aos do ministro, não dignificam a instituição e devem ser combatidos.

As suas dissensões com os marcelistas atingem o paroxismo quando se coloca o problema de uma solução política para a «guerra de África». Deputado à Assembleia Nacional desde 1945, desenvolve então uma intensa actividade parlamentar. A par de Casal Ribeiro, é dos que mais fustigam a «ala liberal»; lidera a reacção dos «ultras» à ameaça de desagregação do império que tão bem conhecera na sua juventude. Após a reeleição de Tomás, em 1971, influencia decisivamente a acção política e institucional do presidente da República através de contactos quase diários, quer através dos serviços de informação da Legião, quer no âmbito das funções que desempenha nas relações luso-brasileiras³⁹. Sem surpresa, H. Tenreiro assume-se como um dos guardiões do integrismo antiliberal, antieuropeu e afrocêntrico que gravita em torno de Américo Tomás e Franco Nogueira.

Num paradoxo que sintetiza as razões do bloqueio reformista e da queda do próprio regime, Tenreiro subscreve a «autonomia progressiva» das colónias inscrita no texto constitucional de 1971, ao mesmo tempo que defende o reforço do empenho militar contra os «movimentos terroristas africanos» e, na frente interna, o controle apertado das forças de segurança e a repressão sobre o radicalismo crescente das oposições. Repressão que o próprio muitas vezes instiga e conduz. Com o sincretismo habitual, recorda desse «período estranho» a «abertura descontrolada, sem compromissos e com um fim oculto que me parece ter sido o de destruir a obediência aos princípios da política de Salazar»⁴⁰.

Pela mesma altura, H. Tenreiro desenvolve uma acção intensa no âmbito da política externa portuguesa relativamente às posições da colónia portuguesa do Brasil e do próprio regime militar brasileiro perante o «problema ultramarino». As suas influências no Brasil, em especial junto da marinha e da Federação das Associações Portuguesas do Brasil⁴¹, dão sinais de conso-

³⁹ Cr. AM, núcleo 423, cxs. 5 e 24, procs. 25 e 161.

⁴⁰ H. Tenreiro, *Memórias...*, pp. 112-113.

⁴¹ Sobre as origens da Federação e sua contextualização no posicionamento político da colónia portuguesa do Brasil, v. Heloísa Paulo, *Aqui também é Portugal — A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000, pp. 193-197.

lidação desde meados da década de 60. Através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Embaixada de Portugal, Tenreiro é informado de todos os passos da colónia portuguesa e segue ao pormenor a acção diplomática de Portugal junto das autoridades brasileiras. Em 1971 é nomeado embaixador honorífico para as relações luso-brasileiras.

Numa fase de endurecimento do regime militar brasileiro, bem visível desde que o general Médici substituíra Costa e Silva na Presidência da República a 30 de Agosto de 1969, Brasília enfrentou a pressão de alguns países árabes que ameaçavam limitar o fornecimento de petróleo caso o Brasil não retirasse o seu apoio à política colonial portuguesa⁴². Apesar de inconsequente, a ameaça põe em sobressalto a diplomacia portuguesa e justifica a diligência das iniciativas de Tenreiro. Nas vésperas da revolução de Abril colabora activamente com o embaixador José Hermano Saraiva naquilo a que chama uma «contra-ofensiva diplomática» junto de certos sectores da imprensa brasileira e mesmo de jornais da colónia portuguesa⁴³ que vinham assumindo posições públicas hostis à «política ultramarina» portuguesa. Com o afã de sempre, Tenreiro desloca-se ao Brasil e trata de reabilitar a velha ideia de uma comunidade luso-brasileira⁴⁴, projecto que o salazarismo procura revigorar desde que a condenação da intransigência colonial do regime se generalizara à escala internacional. De forma eficiente e expedita, Tenreiro estabelece contactos e procura fazer publicar notícias em diários brasileiros denunciando as alegadas pretensões da URSS de domínio do Atlântico sul, por extensão da infiltração russa nos territórios portugueses ultramarinos do Atlântico. Tudo faz para que a imprensa publique «artigos favoráveis» à política colonial portuguesa. Ainda em 1973 organiza uma viagem do *Gil Eannes* — navio que uns meses antes fizera a sua última campanha de assistência à frota bacalhoeira — ao Rio de Janeiro. A bordo do navio-hospital, Tenreiro exhibe uma exposição itinerante de produtos portugueses, manda oferecer aos visitantes mais de 10 000 exemplares de a *Voz de Portugal* e distribui elementos de propaganda da «missão civilizadora de Portugal nas províncias ultramarinas» africanas⁴⁵.

Numa actuação típica do seu trabalho político de influências e de mobilização de meios, foi Tenreiro quem concretizou toda esta estratégia persuasiva

⁴² Id., *ibid.*

⁴³ Era o caso de *O Mundo Português*, propriedade de Rodrigo Leal Rodrigues. Por iniciativa de Tenreiro, em 1973 o jornal *Folha de Portugal* foi comprado e passou a estar integrado na *Voz de Portugal*, «pois sabia-se que aquele poderia ir parar a mãos adversas ou às do Dr. Leal Rodrigues», informava Tenreiro num relatório enviado ao presidente do Conselho com data de 12 de Dezembro de 1973 (AM, núcleo 423, cx. 46, proc. 387, Prof. Doutor Marcelo Caetano).

⁴⁴ Sobre os antecedentes do projecto, reveja Heloísa Paulo, *ob. cit.*, pp. 237-243.

⁴⁵ Cf. AM, núcleo 423, cx. 46, proc. 387, Prof. Doutor Marcelo Caetano.

da opinião pública brasileira. O embaixador Hermano Saraiva e o ministro da Defesa Nacional, Joaquim da Silva Cunha, limitaram-se a colaborar e a receber informações regulares sobre esse conjunto de iniciativas⁴⁶.

EPÍLOGO

Em Dezembro de 1973, H. Tenreiro atinge a reforma e abandona a marinha. Tido pelos militares de Abril de 1974 como um dos mais indesejáveis símbolos do regime deposto, é preso, primeiro, no quartel dos fuzileiros navais, no Alfeite, depois, na Trafaria e, por fim, em Caxias. Durante cerca de um ano e meio em que permaneceu em cativeiro foi alvo de um extenso inquérito instaurado por oficiais da marinha, a cuja comissão presidiu o almirante António Garcia Braga e alguns meses depois o juiz Ricardo da Velha. Em corpo de delito foi indiciado um extenso rol de factos que apenas no plano político seriam susceptíveis de integrarem ilícitos criminais. Submetido durante um ano a sucessivos interrogatórios, envolvendo mais de duas centenas de testemunhas, o processo acabará por ser inconclusivo quanto às responsabilidades de Tenreiro em matéria de corrupção activa. Em 1982 o processo ainda permanecia em instrução. Jamais haveria lugar a julgamento.

Tenreiro fora acusado pelo Estado-Maior da Armada de factos criminosos que eram «objecto de rumor público»: tráfico de influências, peculato e associação criminosa. A partir de 1 de Janeiro de 1976, data em que fora demitido da marinha, seria também acusado de desertor⁴⁷. Desde esse momento até finais de Junho de 1979 não lhe é paga qualquer reforma. É então que sobrevive com maiores dificuldades. A amargura e o desânimo tomam conta de si. Não teme a pena dos tribunais, mas deseja a absolvição dos homens. Crê que a única forma de alcançar uma dignidade condizente com os poderes que detivera é a reintegração na marinha, no posto em que a deixara quando se reformou — contra-almirante. Trava esse último combate com a energia de sempre, mas sem meios para o vencer. Alguns mimos de gente importante da colónia portuguesa do Brasil não chegam para lhe aquietar a alma. O espectro da doença e a amargura de nada sobrar do poder que tivera fazem dele um homem a quem a vida pesa. Temendo que a sua obra seja irremediavelmente injuriada ou rasurada pela memória dos homens, Tenreiro procura que a história não lhe seja ingrata e procura ele próprio escrevê-la. Representa o seu percurso individual numa narrativa desajeitada, apontamentos de memória pontuados de emoção e dissabor.

⁴⁶ *Ibid.*, cx. 14, proc. 84, *Prof. Doutor Joaquim Silva Cunha*.

⁴⁷ Entrevistas com o Dr. Luís Rodrigues, advogado de defesa de H. Tenreiro, e com o Dr. Ricardo A. da Velha, juiz instrutor do processo.

A 12 de Setembro de 1975, fisicamente debilitado, saíra em liberdade por ordem do Conselho da Revolução. Num momento em que a contra-revolução de direita agrupada em torno do movimento spinolista do MDLP já dava sinais de fragmentação e o estado de saúde de H. Tenreiro tornava incómoda a sua permanência na prisão, a libertação fora inevitável. Na madrugada seguinte parte rumo a Madrid, onde permanece em tratamento clínico durante uma semana, e dali segue para o Brasil, onde se fixa como asilado político.

Viria a falecer na Casa de Portugal do Rio de Janeiro a 22 de Março de 1994, depois de frustradas tentativas para a sua reintegração nas forças armadas. A seu pedido seria sepultado em Portugal. A cerimónia fúnebre decorreu sem qualquer representação oficial da marinha ou do governo. Sinal da ingratidão que sentira com a recusa das autoridades portuguesas em reintegrá-lo na marinha — condição que sempre pusera para regressar a Portugal —, o corpo de H. Tenreiro foi vestido com a farda da marinha brasileira e a urna envolvida com as bandeiras de Portugal e do Brasil.

Acompanhado o percurso de H. Tenreiro nas suas etapas e episódios mais relevantes, resta-nos um breve balanço.

Retomando a proposta de Weber que deixámos em suspenso, poder-se-á concluir que a legitimidade do poder de H. Tenreiro se caracteriza por um carisma institucionalizado que repousa num conjunto de expedientes e canais de submissão política tanto do aparelho burocrático das pescas e da sua extensa legião de funcionários como das empresas e instituições corporativas, tanto do capital como do trabalho.

Em síntese, a invulgaridade do domínio carismático de Tenreiro repousa na conjugação de factores diversos: as suas insólitas qualidades pessoais de homem de acção; o apoio de Oliveira Salazar, que em parte advinha do reconhecimento da eficácia de uma obra de «ressurgimento marítimo» que se tornara emblemática do Estado corporativo. Por último, os poderes de H. Tenreiro resultam de um contexto político particularmente favorável à acção dos homens da direita radical que, em tempos de vincada crispação anticomunista, assumiram funções relevantes no aparelho de Estado, na oligarquia corporativa ou nas organizações milicianas de retoque fascista.

Oriundo da marinha, Tenreiro fizera a tarimba política na organização corporativa. Nos tempos de descrença do pós-guerra acabou por ser um dos que mais contribuíram para projectar e legitimar as pretensas virtudes do sistema corporativo. Actuou sempre na linha de um estreme corporativismo de Estado — obsessão doutrinária que, de resto, nunca o preocupou —, antiliberal, paternalista e preventivo da repressão. Foi seguramente um dos homens que tornaram a organização corporativa mais comprometida com o poder político.

De 1936 a 1974, H. Tenreiro actuou como uma espécie de *condottieri* para quem todo o poder foi sempre pouco. À medida que consolidou poderes

cuja mobilização o regime não dispensou, fez das pescas um património pessoal para seu engrandecimento político. Com o decorrer dos anos, a racionalidade política cedeu o passo à ambição e a uma volúpia de poderes de escrutínio personalista e de fundamentos emotivos.

Siglas e abreviaturas

ACR — Arquivo/espólio da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau.

AM — Arquivo da Marinha.

MMI — Museu Marítimo de Ílhavo.

SNAB — Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau.

SNAPA — Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca do Arrasto.